



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

RICARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE
PERNAMBUCO: um estudo a partir dos textos legais**

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO ACADÊMICO DE VITÓRIA DE SANTO ANTÃO
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE
CURSO DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA - LICENCIATURA**

RICARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE
PERNAMBUCO: um estudo a partir dos textos legais**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Zélia de Santana

VITÓRIA DE SANTO ANTÃO

2019

Catálogo na fonte
Sistema de Bibliotecas da UFPE - Biblioteca Setorial do CAV.
Bibliotecária Jaciane Freire Santana, CRB-4/2018

O48e Oliveira, Ricardo Ribeiro de.
Educação física e escolas de referência em ensino médio de Pernambuco:
um estudo a partir dos textos legais / Ricardo Ribeiro de Oliveira- Vitória de
Santo Antônio, 2019.
36 folhas.; il.

Orientadora: Maria Zélia de Santana.
TCC (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura
em Educação Física, 2019.
Inclui referências.

1. Educação física para adolescentes. 2. Ensino médio. I. Santana, Maria Zélia
de (Orientadora). II. Título.

796.0835 CDD (23. ed.) **BIBCAV/UFPE-299/2019**

RICARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO FÍSICA E ESCOLAS DE REFERÊNCIA EM ENSINO MÉDIO DE
PERNAMBUCO: um estudo a partir dos textos legais**

TCC apresentado ao Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Educação Física.

Aprovado em: 02/12/2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Zélia de Santana (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Dr.^a Magna Sales Barreto (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof.^a Ma. Alessandra Maria dos Santos (Examinador Externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Dedico este trabalho “in memoriam” a minha avó, Isabel Ferreira da Silva, que sempre torceu muito por mim, mesmo ausente vive em mim...

AGRADECIMENTOS

Ao proletariado brasileiro, que com sua força de trabalho ajudou a financiar os meus estudos.

A minha mãe Josefa Ribeiro da Silva, por me educar, apoiar, incentivar nos meus estudos. Por não me deixar faltar nada, não só na vida de estudante, confiar em mim e incentivar para que estudasse e alcançasse meus objetivos, que diferente de uma mãe que força o filho a procurar um emprego quando sai do ensino médio, como os demais jovens fazem. Apoiou-me na minha escolha em estudar mais, não tenho nem palavras para lhe agradecer. Também ao meu irmão Rafael Pereira da Silva, que fez parte desse processo contribuindo na formação humana.

Agradeço a todos os meus familiares, que sem eles não seria possível trilhar toda essa trajetória que acabei percorrendo, minhas tias e primos, que todos me ajudaram muito, em especial a minha tia, Terezinha (Tia Tê), que muito me auxiliou durante essa trajetória, que às vezes complementou o papel da minha mãe, dando-me conselhos.

A Prof.^a Dr.^a Maria Zélia de Santana por aceitar ser minha orientadora (Professora Zélia), que aceitou de primeira, quando fiz a proposta de orientação, que mesmo não sendo um orientando assíduo, sempre esteve disposta a me ajudar, que além de dar conselhos da vida profissional, por muitas vezes me deu orientações para vida pessoal, que auxiliaram na formação do sujeito e do profissional. Mesmo não sabendo, ajudou-me em reflexões da vida e sempre a buscar o 100% do Sim.

A Prof.^a Ma. Alessandra Maria dos Santos, que recebeu vários apelidos na sua jornada no Centro, mas para mim em sinal de respeito sempre foi Professora ou Professora Alessandra. Com essa tive um grande contato, às vezes estávamos no mesmo transporte, o ônibus. Nesse tempo juntos, deu-me conselhos sobre minha vida pessoal e acadêmica, tornou-se uma amiga para mim. Obrigado por tudo e por aceitar participar da minha banca examinadora.

A Prof.^a Dr.^a Magna Sales Barreto, mesmo não me conhecendo muito bem se prontificou em contribuir com meu trabalho fazendo parte da minha banca examinadora, sem empecilhos.

Ao professor Flávio Campos, que através de seu projeto de extensão na Universidade e em sua escola de dança, fazendo que eu descobrisse o amor pela

dança, mesmo tendo muito a evoluir ainda. As professoras Hercília Melo, Delma Silva e Rhowena Matos, que foram figuras que sempre estiveram dispostas a me ajudar e incentivar. Essa última também ajudando e muito na formação do homem, dando conselhos fazendo com que mudasse comportamentos que tinha, melhorando o homem e não só o aluno.

A professora Elaine Macieira, que supervisionou os meus estágios 3 e 4 na escola Austro Costa, escola que uma vez fui aluno e voltei como estagiário.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, pois todos tiveram papel importante na minha vida acadêmica e pessoal também. Todos me deram conselhos, puxões de orelhas, entenderam quando estava passando por situações difíceis, com apenas uma conversa. Todos serviram para constituir o homem que sou hoje, diferente daquele que entrou nesse mundo que chamamos de Universidade.

Por fim, mas, não menos importante agradeço aos meus amigos que se tornaram família dentro do curso. Ao Joedson José, um cara que abriu as portas de sua casa para mim, um sinal de confiança e amizade. Ao Amauri Leão, um cara que desde o começo do curso estávamos juntos fazendo disciplinas, projetos etc. A Rayelle Thaís, que me agradece no Trabalho de Conclusão dela, nada melhor do que agradecê-la, do que deixar meu agradecimento para posteridade. A Jeisekele Martins, que nos tornamos amigos durante o curso e que sempre conversamos sobre a vida. A Renata Nelly, onde tivemos nossos percalços no começo, mas contornamos e nos tornamos grandes amigos, que virou companheira de monitoria e dança, me aconselhou para a vida, tendo conversas colossais, algumas vezes bobagens, outras que os dois saíram com raiva um do outro, mas saiba que quando acabar essa fase da minha vida vou sentir saudades sua.

A todos vocês que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui, meus sinceros agradecimentos!

RESUMO

A Educação Integral junto com a política de tempo integral vêm sendo implementada a nível nacional, esse tipo de política vem passando durante vários governos e em alguns casos foram criadas políticas a nível regional, um caso é o de Pernambuco. A Educação Física, como disciplina que compõe o componente curricular, entra nesse contexto de ampliação da jornada escolar. Para reforçar este pensamento existem as Leis. Estas tornam públicos os direitos assegurados às pessoas. Para tanto, foi realizada uma pesquisa com análise de documentos que faz referência à ampliação, alguns desses foram estudados, a fim de verificar se o mesmo fazia alguma menção a inovações para além das habituais aulas da disciplina. A mesma se deu em dois momentos, o primeiro um levantamento sobre os documentos legais que tinham alusão a ampliação de carga horaria no âmbito nacional e regional, e o outro, em forma de análise dos documentos que criam a Política de Educação Integral (PEI) em Pernambuco, e onde se encontrava a Educação Física dentro dessa nova política, para isso foi feita uma comparação entre uma escola regular e uma de referência, as duas de Ensino Médio, na cidade de Limoeiro, com essa análise podemos ampliar esse entendimento para a maioria das escolas da rede de ensino, por se tratar de uma política estadual. Como abordagem metodológica foi usada à pesquisa documental apoiada em Gil (2002) e como estratégia para tratamento dos dados a Análise de Conteúdo de Bardin (2011). Como resultado verificou-se que a ampliação da carga horaria, é focada em disciplinas na área de conhecimento, Ciências da Natureza, e as disciplinas, Língua Portuguesa e Matemática. Também se verificou que em relação à organização curricular o PEI não traz nenhuma inovação ou prática pedagógica inovadora para o que concernem as disciplinas como Educação Física. Com isto, se percebe que muito ainda há de ser feito para que a Educação Física torne-se uma disciplina reconhecida dentro do currículo das escolas.

Palavras-chave: Educação Física. Escola de Referência. Ensino Médio.

ABSTRACT

Integral Education along with full-time policy have been implemented at national level, this type of policy has been pervading for several governments and in some cases policies have been created at regional level, one is Pernambuco. Physical Education, as a discipline that makes up the curricular component, enters this context of broadening the school day. To reinforce this thinking there are the Laws. These make public the rights granted to people. Therefore, a research with document analysis was made that refers to the expansion, some of them were studied in order to verify if it made any mention of innovations beyond the usual classes of the discipline. The same happened in two moments, the first one a survey about the legal documents that alluded to the expansion of the workload at the national and regional levels, and the other, in the form of analysis of the documents that create the Integral Education Policy (PEI). in Pernambuco, and where Physical Education was within this new policy, a comparison was made between a regular and a reference school, both high schools, in the city of Limoeiro, with this analysis we can broaden this understanding to most schools in the school system, as it is a state policy. As methodological approach was used the documentary research supported by Gil (2002) and as strategy for treatment of the data the Bardin Content Analysis (2011). As a result it was found that the expansion of the workload is focused on subjects in the area of knowledge, Natural Sciences, and the subjects, Portuguese Language and Mathematics. It was also found that in relation to the curricular organization the PEI does not bring any innovation or innovative pedagogical practice to what concerns subjects such as Physical Education. With this, it is clear that much remains to be done for Physical Education to become a recognized discipline within the curriculum of schools.

Keywords: Physical Education, Reference School, High School.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - As três fases da Análise de Conteúdo de Bardin	25
Quadro 1 - Caracterização das escolas semi-integrais e regulares	16
Quadro 2 - Documentos relacionados às Políticas Públicas de Educação Integral.	26
Quadro 3 - Documentos relacionados às Políticas Públicas de Educação Integral, utilizadas no texto.	27
Quadro 4 - Caracterização da infraestrutura das escolas semi-integral e regular	29
Quadro 5 - Caracterização das matrizes curriculares das escolas semi-integral e regular (ano da matriz)	31

LISTA DE ABREVIACÕES

BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BDE	Bônus de Desempenho Educacional
CC	Cultura Corporal
CEEGP	Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano
EF	Educação Física
EEl	Escola com Educação Integral
EI	Educação Integral
EREF	Escola de Referência em Ensino Fundamental
EREM	Escola de Referência em Ensino Médio
ETI	Escola em Tempo Integral
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PEI	Programa de Educação Integral
PME	Programa Mais Educação
PNME	Programa Novo Mais Educação
PROFIC	Programa de Formação Integral da Criança
SciELO	Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	13
2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL	13
2.2 A CHEGADA EM PERNAMBUCO	16
3 A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	20
4 FUNDAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA	24
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	26
5.1 DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA A PRODUÇÃO DO TEXTO	26
5.2 BREVE DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa emerge da necessidade de proporcionar reflexões acerca da Política de Educação Integral (PEI) que vem sendo implementada pelo governo de Pernambuco a partir do ano de 2008, bem como compreender os desdobramentos dessas políticas para as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM) em Pernambuco, tendo como foco a disciplina de Educação Física (EF).

A Escola com Educação Integral (EEI) tem como finalidade o desenvolvimento de políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Fundamental e do Ensino Médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2008, p. 1), esta vem provocando exigências de novas expectativas no ensino médio em Pernambuco, embora reconhecendo que essas exigências demandam da própria sociedade em prol de uma educação de qualidade nas escolas públicas.

Desta forma, a escola em tempo integral se tornou de modo experimental em 2004, no então governo de Jarbas Vasconcelos (2003 - 2006) que trás uma referência de proposta pedagógica para a educação estadual, se estendendo como política de educação nos governos subsequentes, hoje, abrangendo todas as escolas do ensino médio no Estado de Pernambuco, política esta implementada pelo governo Eduardo Campos (2007 - 2014).

Neste sentido, a presente pesquisa, tem como objetivo central analisar como a disciplina de Educação Física atua dentro das Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado de Pernambuco, à luz dos documentos definidores desta política, a fim de entender como se estabelece a ampliação da jornada escolar dentro das escolas.

Enquanto textos da política, esta surge por meio do Decreto nº 25.596 de 1º de julho de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado em 2 de julho de 2003, onde legitima a criação do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP). Em seguida, por meio do Decreto nº 26.307, dá-se o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, assinalando a criação de outros centros. A Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial de 17 de junho de 2008, renomeia os Centro de Ensino Experimental para Escolas de Referência em Ensino Médio, e em 2017, surge a Lei Complementar

nº 364, de 30 de junho de 2017, que insere dentro do programa as Escolas de Referência em Ensino Fundamental e as Escolas Técnicas Estaduais.

Para atender aos objetivos o trabalho está estruturado em cinco capítulos. No primeiro capítulo, analisamos a origem histórica das primeiras investidas e primeiros programas no pensamento para a ampliação da jornada escolar diária, esse foi dividido para tratar de políticas do Governo Federal e Governo de Pernambuco. No segundo capítulo apresentamos algumas considerações sobre as diferentes tendências que influenciam nos currículos assumidos pela Educação Física ao longo dos anos. No terceiro capítulo apresentamos a fundamentação metodológica utilizada. O quarto capítulo refere-se aos resultados e discussões. Por fim, apresentamos as considerações finais, na tentativa de atender o objetivo proposto.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esse capítulo abordará sobre a origem histórica das primeiras investidas para se criar experiências de uma formação mais ampla, que tinham características parecidas com as propostas de Educação Integral e os primeiros programas do Governo Federal com o objetivo da ampliação da jornada diária.

2.1 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Do ponto de vista histórico, reflexões sobre uma formação mais global remontam ao início da civilização humana, se voltarmos nosso olhar para a antiguidade, tanto grega quanto romana. Em especial a educação grega, chegamos à Paidéia que, buscando uma formação humana mais completa, voltada para o corpo e o espírito, já continha o princípio do que mais tarde se denominou educação integral (COELHO, 2009).

Durante séculos, o debate sobre a formação humana foi e deixou de ser ponto de reflexão. Afinal, a educação como é hoje apresentada ainda não estava materializada em instituições públicas, nem era um direito de todos sem distinção.

No início da modernidade, final do século XIX e início do século XX, intensificou-se o debate acerca de uma formação que atendesse aos interesses da burguesia emergente daquela época, isso quando vários países passavam por um processo de industrialização e consolidação de uma sociedade pautada no “individualismo” e na “competição” (LORENZON; JORGE, 2011). Esse debate ainda que desarticulado, tinha como pretensão encarar os desafios colocados por esse tipo de sociedade gerado por essa modernidade.

Com o advento desse processo, o Brasil passa por diversas reformas educacionais com o objetivo de quebrar com os paradigmas tradicionais de Educação, a exemplo temos a reforma de São Paulo, em 1920, coordenada por Sampaio Doria, mesmo sendo responsável pela reforma do ensino público paulista, o educador é pouco conhecido mesmo pelo público especializado.

Em Estado de Pernambuco foram registradas duas reformas importantes na educação estadual, a saber: Reforma de Ulisses Pernambucano, em 1923, focado na cidadania, e acima de tudo no ensino elementar e normal, e a reforma de Antônio Carneiro Leão, promulgada pelo Ato nº 1.239, de 27 de Dezembro de 1928, do

governador Estácio Coimbra, que centrou no aspecto técnico-pedagógico. Por volta de 1927, Minas Gerais realiza a sua reforma, orientada por Francisco de Azevedo, segundo a autora Uira Lima (2014), a mais radical de todas as reformas (LIMA, 2014).

Uma das reformas mais conhecidas no caso brasileiro, é a de Anísio Teixeira que segundo Lima (2014), traz as experiências nos estados da Bahia em 1925, acreditando que um aumento no tempo escolar resultaria em melhor qualidade das práticas educativas. Com isso podemos dizer que foi com Anísio, que se iniciam as primeiras tentativas efetivas de implementação de um sistema público de escolas com a finalidade de promover uma jornada em tempo integral (COELHO, 2009).

Anísio Teixeira, inspirado no pensamento de Dewey traz experiências norte-americanas, que junto com outros pensadores embasam seus ideais de se reencontrar a vocação da escola na sociedade de massas que estava sendo posta na época, estas ideias e práticas receberam o nome de Escola Nova.

De modo geral, para a corrente pedagógica escolanovista a reformulação da escola esteve associada à valorização da atividade ou experiência em sua prática cotidiana. O entendimento da educação como vida, e não como preparação para a vida, foi a base dos diversos movimentos que a formaram (CAVALIERE, 2002, p. 251).

Por volta da década de 1950, o educador, com o objetivo de fortalecer o ensino primário, sanar com a questão da infância abandonada – esse abandono era caracterizado por um lar que não educasse – propõe oferecer educação de qualidade em período integral, com isso lança a proposta do Centro Educacional Carneiro Ribeiro ou Escola Parque (CAVALIERE, 2002).

Carbello e Ribeiro (2014, p. 367), citam que o “funcionamento era como um semi-internato, recebendo os alunos às 7h30min e devolvendo-os às famílias às 16h30min. Havia também uma projeção de internato para crianças abandonadas, porém, não chegou a ser executado”. Essas experiências não continuaram com tanta efetividade devido ao período da ditadura militar implementado no ano de 1964.

O estado de São Paulo, nos anos de 1980, tenta efetuar um projeto de formação integral, denominado de Programa de Formação Integral da Criança (PROFIC), porém, esse não apresentava uma discussão científica sobre o tema e seus idealizadores proferiam um discurso assistencialista e romântico sobre a

educação das crianças da classe trabalhadora. Isso fez com que o Programa sofresse severas críticas e não continuasse (FERRETTI; VIANNA; DE SOUZA, 2013).

Após várias tentativas isoladas de implementação de uma educação em “tempo integral” ao longo da nossa história, o Governo Federal estabelece a partir de 2007, por meio da portaria normativa interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007, o projeto de ampliação da jornada diária escolar, conhecido como Programa Mais Educação (PME) (2007-2016), criado para promover a Educação Integral, seu objetivo era contribuir para a formação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades socioeducativas no contraturno escolar (BRASIL, 2007).

Com o PME, as escolas, espaços socioculturais ou socioeducativos, deveriam contemplar o acompanhamento nos campos da educação, artes, cultura, esporte, lazer etc., mobilizando-os para melhoria do desempenho educacional.

Dando um salto no tempo, chegamos em 2009, onde o Ministério da Educação (MEC), na perspectiva da educação integral, apresentou a proposta do Programa Ensino Médio Inovador (PROEMI), que pretendia disseminar um currículo dinâmico, flexível, que atendesse às expectativas e necessidades dos estudantes e às demandas da sociedade atual, desta forma, buscando promover a formação integral dos estudantes e fortalecer o protagonismo juvenil com a oferta de atividades que “promovam a educação científica e humanística, a valorização da leitura, da cultura, o aprimoramento da relação teoria e prática, da utilização de novas tecnologias e o desenvolvimento de metodologias criativas e emancipadoras” (BRASIL, 2009, p. 1).

Já em 2016, de acordo com a Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016, fica instituído o Programa Novo Mais Educação (PNME) (2016), que tem como objetivo, unicamente, a melhoria da aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental, por meio da ampliação da jornada escolar de crianças e adolescentes, mediante a complementação da carga horária de cinco ou quinze horas semanais no turno e contraturno escolar (BRASIL, 2016).

A história nos mostra a atenção dada para uma formação mais completa do indivíduo, onde muitas das reformas só foram pensadas na ampliação da jornada escolar, na perspectiva de qualidade na educação, o país retoma a ideia de escola integral, contudo é importante esclarecer que não é a questão tempo que definirá uma educação de qualidade, é preciso um projeto inovador em termos de proposta pedagógica escolar (CAVALIERE, 2002).

2.2 A CHEGADA EM PERNAMBUCO

A Educação Integral chega a Pernambuco, especificamente em Recife, no ano de 2003, através projeto piloto - Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano – na cidade do Recife, esse é inserido dentro da estrutura da organização educacional do ensino de educação do estado de Pernambuco, como um projeto de ampliação da jornada escolar, que mais tarde torna-se política de tempo integral.

Nesta direção, Nora Krawczyk (2014) fala que as políticas estaduais mais relevantes dos últimos anos, convergem para a construção de um Ensino Médio com uma jornada escolar ampliada e para a expansão da oferta de educação profissional por meio do ensino médio integrado.

Do ponto de vista da autora, existem atualmente no Brasil algumas modalidades e formatos de Ensino Médio, que são: **Ensino médio “regular”, de tempo parcial (diurno e noturno)**, Ensino médio integrado à educação técnico-profissional, Ensino médio concomitante com a educação técnico-profissional, Ensino médio integral (ou jornada completa), **Ensino médio semi-integral (dois dias com jornada completa)** e Ensino médio integral com gestão compartilhada (KRAWCZYK, 2014, p. 26, grifo nosso¹).

Em Pernambuco, essas escolas semi-integrais levam o nome de EREM - recebendo nomenclaturas diferentes em outros estados, por exemplo, em São Paulo, são escolas de tempo integral -, onde devem garantir condições diferenciadas de ensino e a ampliação da jornada escolar, ainda existindo as escolas de diurno e noturno do EM regular, vejamos no quadro a seguir algumas características dessas escolas.

Quadro 1 - Caracterização das escolas semi-integrais e regulares

MODELO	CARACTERIZAÇÃO
Escola Regular	Mantém-se com suas quatro ou cinco horas diárias, tendo sofrido poucas alterações. Ainda que represente a maioria das instituições públicas do ensino médio, políticas públicas não vêm sendo priorizadas para este modelo. No caso do ensino médio regular noturno, há certo abandono e

¹ Grifo por se tratar dos formatos de Ensino Médio, que foram foco do trabalho.

	uma forte tendência a substituí-los por diferentes programas de educação de jovens e adultos (EJA), oferecidos à noite, exemplo, o programa Brasil Alfabetizado, que tem duração de 08 meses.
Escola semi-integral	O ensino médio semi-integral propõe a ampliação da carga horária, porém, menor em comparação com o integral, esse possui dois dias de jornada completa, possibilitando assim que se mantenham os dois períodos diurnos (manhã e tarde), com essa flexibilização são contornados os problemas da falta de espaço físico.

Fonte: KRAWCZYK, 2014.

Nessa perspectiva, no estado de Pernambuco, na gestão do então governador Jarbas Vasconcelos (2003 – 2006), foi criado o projeto piloto do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano (CEEGP), na cidade do Recife. Instituição educativa de caráter experimental, baseado no modelo de *charter school* - escolas públicas com maior autonomia, cuja sua gestão é compartilhada entre o público e o privado -, para estudantes do Ensino Médio da Rede Pública, com a proposta de uma escola de qualidade em tempo integral - Ensino Médio Integral -, com aparato tecnológico, quais sejam: laboratórios de ciências, línguas e informática; bibliotecas; e salas de aula temáticas, de acordo com a disciplina estudada. O Centro passa a funcionar em regime de tempo integral, recebendo os alunos de 7h30 as 17h00 (LIMA, 2014, p. 67).

Esse programa experimental no estado de Pernambuco é oficializado por meio do Decreto nº 25.596 de 1º de julho de 2003, publicado no Diário Oficial do Estado em 2 de julho de 2003, onde legitima a criação do CEEGP, como citado em seu primeiro artigo:

Art. 1º. Cria com fundamento no art. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 o CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL GINÁSIO PERNAMBUCANO Cadastro Escolar nº E-000.140, localizado na Rua da Aurora, nº 703, Boa Vista, CEP 50050-000, Recife/PE para funcionar com o Ensino Médio nos termos da Lei Federal vigente (PERNAMBUCO, 2004, p. 5).

No ano de 2004, por meio do Decreto nº 26.307, dá-se o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, assinalando a criação de outros centros, tendo como modelo o Ginásio Pernambucano. Pela portaria da Secretaria de Educação e Cultura (SEDUC) nº. 4593, de 3 de setembro de 2004, registra-se o objetivo principal do CEEGP: “resgatar a excelência do ensino médio no âmbito do Estado, contribuindo para a causa do Ensino Médio de Qualidade, Público e Gratuito” (LIMA, 2014, p. 67).

Depois de oficializada a criação do CEEGP, em 2004, o Governo do Estado, com intenção de padronizar esse modelo de escola integral, no caso pernambucano em tempo integral, deu início ao Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental (PROCENTRO).

O referido Programa deu origem ao que mais a frente foi denominada de Escola de Referência, tendo como objetivo fomentar a democratização, a partir da criação e desenvolvimento de uma escola pública nos moldes de Escola de Ensino Médio de qualidade em tempo integral. Buscando disponibilizar para esse aluno um currículo escolar ampliado, oportunizando assim ao discente o aprendizado e desenvolvimento de práticas que servirão para a sua vida e seu futuro (LIMA, 2014).

O modelo do programa é introduzido e replicado para as microrregiões do estado, somando 13 escolas ao fim da primeira fase (2006) e conclui a segunda fase (2014) operando com 300 unidades em regime integral e semi-integral, já sendo denominadas Escolas de Referência em Ensino Médio e Escolas Técnicas Estaduais (SILVA; BORGES, 2016).

Em janeiro de 2007, Eduardo Campos, assume o governo de Pernambuco, com isso uma nova concepção de gestão é assumida dentro do estado. Então, esse grupo de políticos toma a decisão de formular e implementar uma política pública específica para o Ensino Médio. A ideia central do projeto do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano, com a ampliação da jornada escolar é mantida, mas agora em forma de política por meio do Programa de Educação Integral (PEI).

A partir de então, foi instaurado o PEI na Rede Pública de Ensino por meio da Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, publicada no Diário Oficial de 17 de junho de 2008, que renomeia os Centro de Ensino Experimental para Escolas de Referência em Ensino Médio com o objetivo de desenvolver políticas direcionadas à melhoria da qualidade do Ensino Médio e à qualificação profissional dos estudantes da Rede Pública de Educação, mais tarde, em 2017, tendo sua redação alterada pelo parágrafo único da Lei Complementar nº 364, de 30 de junho de 2017, que insere dentro do programa as Escolas de Referência em Ensino Fundamental e as Escolas Técnicas Estaduais (PERNAMBUCO, 2008).

Ademais, foi estabelecido dois modelos de jornada: o semi-integral e o integral. Na jornada integral, os estudantes permanecem 40 horas semanais na escola, funcionando diariamente em dois turnos, de segunda à sexta-feira. Na semi-integral, são oferecidos dois turnos extras compondo uma jornada de 32 horas semanais. Essa

diferenciação de jornada não há na primeira fase do Programa, pois todos os Centros funcionavam em regime integral (SILVA; BORGES, 2016).

No ano de 2008, a política de compartilhamento da gestão com o modelo privado, além de ser criada a concepção de escolas integrais e semi-integrais, é estabelecido um sistema de bonificação a partir dos resultados obtidos pelas escolas, garantido por meio da lei nº 13.486/2008 que institui um *Bônus* de desempenho educacional, no âmbito do estado de Pernambuco. Um sistema de bonificação criado pelo estado, denominado *Bônus* de Desempenho Educacional (BDE), que se constitui em uma gratificação anual para as escolas que cumprirem metas.

As metas são definidas pela Secretaria de Estadual de Educação, assegurando a responsabilização aos gestores pelo cumprimento, ou não, das metas, consolidando assim um modelo de gestão por resultados. Com isso, também é instaurando uma política de meritocracia, com premiação e punição para os profissionais de educação em Pernambuco.

Diante deste cenário, a Educação Física entra nesse contexto de educação integral e semi-integral, com a reformulação da matriz curricular do Ensino Médio Regular de tempo parcial (diurno e noturno), tema que trataremos a seguir.

3 A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Ao longo dos últimos anos, os objetivos e propostas educacionais da Educação Física (EF) foram modificando-se, e de algum modo, as concepções que antecederam a chamada crise da Educação - movimento liderado por várias figuras da Educação na década de 1980 -, concepções essas: Higienismo, Militarismo, Esportivista, Recreacionista, entre outros, que ainda hoje influenciam a formação de profissionais e suas práticas pedagógicas. A partir daí, foram surgindo outras, concepções, a saber: Psicomotricidade, Abordagem Desenvolvimentista, Abordagens Construtivistas-interacionista, Abordagem Crítico-superadora, Abordagem Crítico-emancipatória, Saúde Renovada e Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (DARIDO, 2014).

A introdução da Educação Física oficialmente na escola ocorreu, no Brasil, em 1851, com a reforma Couto Ferraz, embora a preocupação com a inclusão de exercícios físicos, na Europa, remonte ao século XVIII, com Guths Muths, J. J. Rosseau, Pestalozzi e outros (BETTI *apud* DARIDO, 2014, p. 2).

Influenciados pelo modelo da Europa, em 1882, uma reforma educacional realizada por Rui Barbosa então Deputado Geral - cargo onde representava a província da Bahia no legislativo nacional no Rio de Janeiro -, houve uma recomendação para que a ginástica fosse oferecida no currículo escolar, e que fosse obrigatória para ambos os sexos. Porém, a implantação dessas leis ocorreu apenas em parte, no Rio de Janeiro (Capital da República) e nas escolas militares. É a partir da década de 1920 que vários estados da federação começam a realizar suas reformas e incluem a EF, com o nome frequente de ginástica, sendo ainda limitada para as elites. Em 1937, essa obrigatoriedade é sustentada pela Constituição Brasileira, que em um dos seus artigos assim se refere:

Art. 131 - A educação física, o ensino cívico e o de trabalhos manuais serão obrigatórios em todas as escolas primárias, normais e secundárias, não podendo nenhuma escola de qualquer desses graus ser autorizada ou reconhecida sem que satisfaça aquela exigência (BRASIL, 1937, sem paginação).

Os conteúdos programáticos das disciplinas que formavam o profissional que mais a frente iria atuar na área, tinham sua centralização em disciplinas científicas nas áreas Biológicas e Biomédicas. Com isso a Educação Física tinha o papel de formar profissionais de diferentes vertentes, conforme assinala Filho (2009): a) médica, onde

o professor se via como um agente de saúde, e os alunos eram vistos como pacientes; b) militar, onde o professor se percebia um soldado, e o aluno o seu recruta; c) esportiva, onde o professor se via como um técnico esportivo, e o seu aluno era um atleta.

Nestas perspectivas pedagógicas, os profissionais que atuavam nas escolas eram os instrutores formados pelas instituições militares. Somente em 1939 foi criada a primeira escola civil de formação de professores em Educação Física, por meio do Decreto n.º 1.212, de 17 de abril de 1939) (FILHO, 2009).

Entretanto, no final do século XX, a Educação Física começa a mudar e quer compreender os papéis da Cultura Corporal (CC), onde com essa pretende-se entender a relação da sociedade com o corpo e o movimento, com alguns de seus conteúdos baseados nos jogos, na ginástica, nas lutas, nas acrobacias, no esporte e outros.

Assim, em oposição as vertentes anteriores citadas, onde era privilegiada a técnica, o esporte e a biologia, surgem novos movimentos na EF escolar, especialmente, a partir do final da década de 1970, inspirados no novo momento histórico social do país, a Educação e Educação Física passaram e ainda passam por diferentes concepções e ideologias no campo educacional.

Durante a década de 1980, essa resistência à concepção biológica da Educação Física, particularmente no Ensino Fundamental, levou à crítica em relação ao predomínio dos conteúdos esportivos. Essa resistência foi influenciada por pesquisas no campo pedagógico e na área científica da Educação Física. Quanto à Educação Física na escola, desde meados da década de 1980 tem havido mudanças nas suas concepções, em um processo que envolve diversas transformações, tanto nas pesquisas acadêmicas nesse segmento, quanto na prática pedagógica dos professores do componente curricular (DARIDO, 2014, p. 5).

Nessa perspectiva de redemocratização do ensino, após o final do período ditatorial, há a promulgação da Constituição de 1988, que traz mudanças políticas, sociais e econômicas para o país. Referente à educação, deu-se origem a lei definidora da Educação Brasileira, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996, onde o ensino médio passa a ser legalmente competência dos estados, atribuindo uma nova visão de escola.

Ao longo da história, a visão de educação mudou e a Educação Física não podia ficar de fora dessas mudanças, a disciplina já era citada em 2001, no artigo 26

da LDB, como integrada à proposta pedagógica da escola, mas mesmo sem estar evidenciado sofria preconceito, por se achar que outras disciplinas tinham mais valor, em seu terceiro parágrafo ela era descrita como sendo facultativa para os cursos noturnos, contanto sem nenhuma obrigatoriedade para os demais níveis da educação básica: “§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.(BRASIL, 1996, p. 9).

Em 2001, é introduzida na Lei de Diretrizes e Bases a palavra “obrigatório” depois de “curricular”, e em redação dada pela Lei nº 10.793, de 1 de dezembro de 2003, a Educação Física é incluída como obrigatória dentro do contexto escolar, mas com algumas condições:

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno:

- I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas;
- II – maior de trinta anos de idade;
- III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física;
- IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969;
- V – (VETADO)
- VI – que tenha prole (BRASIL, 1996, p. 9-10).

Em 2017, entra no contexto nacional a “Reforma do Ensino Médio”, na figura da Lei nº 13.415², de 16 de fevereiro de 2017, acrescentando o artigo 35-A, parágrafo 2º, “A Base Nacional Comum Curricular referente ao ensino médio incluirá obrigatoriamente estudos e práticas de educação física, arte, sociologia e filosofia” (BRASIL, 2017, p. 2).

Conforme assinala Ramos e Heinsfeld (2013), embora os temas de educação física, arte, sociologia e filosofia tenham sido contemplados no texto da lei, há uma discrepância com relação à abordagem dada a esses conteúdos bem como aos demais relacionados a outras áreas do conhecimento, a exemplo da Matemática e à Língua Portuguesa.

² A lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera e acrescenta alguns artigos dentro da Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Os artigos, 24, 26, 44, 61 e 62 são alterados e o Art. 35-A é acrescentado.

Conforme assinalado, ainda, no Art. 35-A da LDB acrescenta-se no §3º que “o ensino da língua portuguesa e da matemática será obrigatório nos três anos do ensino médio, assegurada às comunidades indígenas, também, a utilização das respectivas línguas maternas” (BRASIL, 2017, p. 13).

Do ponto de vista de Ramos e Heinsfeld (2013), nos alerta para perceber que enquanto para estas últimas disciplinas, o termo utilizado é “ensino”, os verbos elencados para falar das outras disciplinas são “estudos” e “práticas”, sem maiores orientações.

4 FUNDAMENTO METODOLÓGICO DA PESQUISA

O presente trabalho enquadra-se dentro da abordagem metodológica pesquisa documental, onde segundo Gil (2002) vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com o desenrolar da pesquisa.

Inicialmente, foi realizado um levantamento das propostas/documentos oficiais a respeito das proposições de Educação Integral no país e no estado, onde alguns dos documentos utilizados na construção para chegarmos ao objetivo deste trabalho foram a **Lei Complementar nº 125**, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral da Rede Pública de Educação do Estado de Pernambuco, a **Lei Complementar nº 364, de 30 de Junho de 2017**, que altera a lei complementar que cria o PEI, a **Portaria normativa interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007**, que institui o Programa Mais Educação e a proposta do Programa Novo Mais Educação, do MEC instituída pela **Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016**.

Utilizamos as matrizes curriculares das escolas para

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, que segundo Minayo (2009),

[...] é o tipo de pesquisa que responde questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO; DESLANDES; GOMES, 2009, p. 21).

Nessa perspectiva, foi escolhida como estratégia metodológica para o tratamento dos dados a técnica Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2011), onde ela indica a utilização de três fases fundamentais para o trato dos dados: **Pré-análise**, **Exploração do material** e **Tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação**, conforme a Figura 1 (CÂMARA, 2013, p.182, *grifo nosso*).

Figura 1 - As três fases da Análise de Conteúdo de Bardin



Fonte: CÂMARA, 2013, p.183.

A *primeira fase*, a *pré-análise*, pode ser identificada como uma fase de organização. Nela estabelece-se um esquema de trabalho que deve ser preciso, com procedimentos bem definidos, embora flexíveis. Normalmente, envolve a *leitura “flutuante”*, ou seja, um primeiro contato com os documentos que serão submetidos à análise, a escolha deles, a formulação das hipóteses e objetivos, a elaboração dos indicadores que orientarão a interpretação e a preparação formal do material (CÂMARA, 2013, p.183).

Na *segunda fase*, ou fase de *exploração do material*, Câmara (2013, p.185) corroborando com Bardin (2011), cita que são escolhidas as unidades de *codificação*, adotando-se os seguintes procedimentos de codificação - onde são selecionados os recortes; a seleção de regras de contagem e a escolha de categorias -, *classificação* e *categorização*.

A *terceira fase* do processo de análise do conteúdo é denominada *tratamento dos resultados: inferência e interpretação*. Calcado nos resultados brutos, o pesquisador procurara torná-los significativos e válidos. Esta interpretação deverá ir além do conteúdo manifesto dos documentos, pois, interessa ao pesquisador o conteúdo latente, o sentido que se encontra por trás do imediatamente apreendido (CÂMARA, 2013).

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esse capítulo abordará a Análise das matrizes curriculares das duas escolas, uma de ensino médio regular e outra de ensino médio integral da cidade de Limoeiro, Pernambuco e a categorização das políticas públicas sobre a Educação Integral.

5.1 DOCUMENTOS UTILIZADOS PARA A PRODUÇÃO DO TEXTO

Na intenção de melhor elucidar o processo de análise, construímos e classificamos todos os documentos encontrados a partir da pesquisa sobre o termo Educação Integral, como se encontra no Quadro 2.

Quadro 2 - Documentos relacionados às Políticas Públicas de Educação Integral.

DATA	DOCUMENTO	FINALIDADE
20/12/1996	Lei nº 9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
28/06/2002	Lei nº 12.242	Dispõe sobre a forma de cálculo das gratificações de representação das funções técnico-pedagógicas do magistério da rede pública estadual e dá outras providências.
01/07/2003	Decreto nº 25.596	Cria com fundamento no art. 81 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, o CENTRO DE ENSINO EXPERIMENTAL GINÁSIO PERNAMBUCANO.
15/01/2004	Decreto nº 26.307	Cria o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental e dá outras providências.
26/01/2004	Parecer nº 03	Esclarecimento sobre a descaracterização institucional do Ginásio Pernambucano e a caracterização institucional do centro de ensino experimental ginásio pernambucano.
24/04/2007	Portaria nº 17	Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.
10/07/2008	Lei complementar nº 125	Cria o Programa de Educação Integral e dá outras providências.
09/10/2009	Portaria nº 971	Institui o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional.
07/04/2010	Parecer nº 7	Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

13/07/2010	Resolução nº 4	Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.
04/05/2011	Parecer nº 5	Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
30/01/2012	Resolução nº 2	Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
22/09/2016	Medida Provisória nº 746	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
10/10/2016	Portaria nº 1.144	Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.
16/02/2017	Lei nº 13.415	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
30/06/2017	Lei complementar nº 364	Altera a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral.
21/11/2018	Resolução nº 3	Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Fonte: OLIVEIRA, R., 2019.

Quanto aos dispositivos legais representativos do contexto de produção de texto que formam a base das políticas públicas de educação integral no Brasil e Pernambuco, identificamos no Quadro 2 os documentos que foram utilizados para elaboração do trabalho, conforme distribuído no Quadros 2.

Quadro 3 - Documentos relacionados às Políticas Públicas de Educação Integral, utilizadas no texto.

BRASIL		
DATA	DOCUMENTO	FINALIDADE
20/12/1996	Lei nº 9.394	Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
24/04/2007	Portaria nº 17	Institui o Programa Mais Educação, que visa fomentar a educação integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio do apoio a atividades sócio-educativas no contraturno escolar.
09/10/2009	Portaria nº 971	Institui o Programa Ensino Médio Inovador, com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nas escolas do ensino médio não profissional.
10/10/2016	Portaria nº 1.144	Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em língua portuguesa e matemática no ensino fundamental.
PERNAMBUCO		
DATA	DOCUMENTO	FINALIDADE

15/01/2004	Decreto nº 26.307	Cria o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências.
26/01/2004	Parecer nº 03	Esclarecimento sobre a descaracterização institucional do Ginásio Pernambucano e a caracterização institucional do Centro de Ensino Experimental Ginásio Pernambucano.
10/07/2008	Lei complementar nº 125	Cria o Programa de Educação Integral e dá outras providências.
16/02/2017	Lei nº 13.415	Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.
30/06/2017	Lei complementar nº 364	Altera a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral.

Fonte: OLIVEIRA, R., 2019.

5.2 BREVE DESCRIÇÃO DAS ESCOLAS

Com relação às escolas estaduais: A Escola Estadual Seráfico Ricardo teve a sua fundação no ano de 1986. Seu surgimento é fruto da manifestação democrática, isso porque sua construção foi definida em um plebiscito. No local onde está localizada, havia uma praça “A Praça Sertaneja”. A comunidade convocada para opinar entre a restauração da Praça ou a construção de uma escola, optou pela Escola.

Nascia dessa forma a Escola Seráfico Ricardo. O nome Seráfico Ricardo é uma homenagem a um ex-prefeito da cidade, este nome foi escolhido por meio de uma votação na câmara pelo prefeito da época e demais vereadores. Segundo os seus conterrâneos, Seráfico Ricardo teve bom desempenho a frente do Município. Durante sua gestão teve como lema “Acolher as necessidades dos mais humildes, fazendo justiça”. A escola oferece Educação Especial, Ensino Fundamental e Médio (BLOG ESCOLA ESTADUAL SERÁFICO RICARDO, 2010).

A Escola Austro Costa foi fundada em 1958, iniciando seus trabalhos pedagógicos como Grupo Escolar para atender a clientela da comunidade do bairro onde é situada, bairros circunvizinhos e alunos advindos da zona rural. Recebeu este nome em homenagem ao jornalista e poeta limoieirense Austriclínio Ferreira Quirino, mais conhecido pelo pseudônimo Austro-Costa.

Na década de 80, de acordo com o Decreto-Lei nº. 8446 de 01 de Março de 1983, publicada em 02 de Março de 1983, passou a funcionar nesta Unidade de Ensino o 1º Grau (atual Ensino Fundamental II) e posteriormente com a Portaria nº. 24791 de 17 de Outubro de 2002, publicada em 18 de Outubro de 2002, abrange o

Ensino Médio Regular, o Programa Travessia e a Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como passa a atender a Extensão da Penitenciária Dr. Ênio Pessoa Guerra com seis turmas.

Conforme Decreto-Lei nº. 32.399 de 30 de Setembro de 2008, publicado no Diário Oficial de 01 de Outubro de 2008, em que passa a se chamar Escola de Referência em Ensino Médio Austro Costa com a implantação do Ensino Médio Semi-Integral. Visando a permanência do estudante na unidade de ensino das 7h às 17h, buscando atender integralmente as necessidades básicas e educacionais dos escolares (BLOG EREMAC, 2013).

Após breve resgate histórico acerca da criação e mudança de funcionamento das escolas, para uma melhor compreensão da distribuição curricular e de infraestrutura, representamos essas informações nos quadros abaixo.

Quanto à infraestrutura, na Lei complementar 125/2008 não é descrito o porquê da escolha das escolas para saírem do patamar de Escolas Regulares, para se tornarem Escolas de Referência em Ensino Fundamental e Ensino Médio, mas podemos considerar que a educação extrapola a condição de sala de aula, um espaço que traga conforto para os alunos também é ponto importante, por esses permanecerem dois dias em regime semi-integral, identificamos no Quadro 4 a infraestrutura das duas escolas pesquisadas.

Quadro 4 - Caracterização da infraestrutura das escolas semi-integral e regular

INFRAESTRUTURA		
	REGULAR	SEMI-INTEGRAL
Salas		11
Laboratórios	Informática	Informática
		Química e Biologia
		Matemática e Física
Quadra	0	1
Auditório	0	1
Biblioteca	1	1
Coordenação	0	1
Secretária	1	1
Reprografia	0	1
Almoxarifado	1	1
Banheiros	6	5
Sala dos professores	1	1
Biblioteca	1	1
Diretoria	1	1
Depósito	1	1

Canto de leitura	0	1
Refeitório	1	1
Cozinha	1	1
Estacionamento	0	1
Sala de alojamento	0	1
Espaço livre	vários	1
Componentes de TI	4 caixas de som	8 caixas de som
	1 câmera	8 câmeras
	4 roteadores	3 roteadores
Funcionários	48	49
Equipe gestora	5	5
Equipe administrativa	4	6
Professores/as	13 efetivos	25 efetivos
	10 contratados	3 contratados
Terceirizados	6	10

Fonte: OLIVEIRA, R., 2019.

Dados obtidos com consulta conjunta as escolas.

No quadro 4, foi apresentado que na escola semi-integral existem mais professores em relação a escola regular, um fato para isso acontecer é os horários a mais na jornada, mas não encontramos pesquisas que possam responder a essa alegação.

Nesse sentido, além do objetivo, finalidades e competências, a lei complementar 125, traz como se dará o funcionamento do PEI e a jornada de trabalho dos professores.

Art. 5º O Programa de Educação Integral funcionará em jornada integral de no mínimo 35 (trinta e cinco) horas-aula semanais e em até 45 (quarenta e cinco) horas-aula semanais. [...]

§ 2º Os professores lotados e com exercício nas Escolas de Referência e Escolas Técnicas cumprirão jornada de trabalho em regime integral, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ou semi-integral, com carga horária de 33,33 (trinta e três vírgula trinta e três) horas semanais, distribuídas em 5 (cinco) dias, de acordo com o funcionamento de cada escola (PERNAMBUCO, 2008, p. 4-5).

Essa jornada de trabalho estimula a intensificação do trabalho docente, “Intensificação, que diz respeito à jornada de trabalho de ordem intensiva (aceleração na produção em um mesmo intervalo de tempo) e extensiva (maior tempo dedicado ao trabalho)” (SILVA; SILVA, 2014, p. 124).

Silva e Silva (2014, p. 124), ressaltam “que as condições de trabalho do professorado não possibilitam a plena realização das medidas e ações emanadas das políticas públicas voltadas para o ensino e para a gestão da escola”. Já que o trabalho

docente vai além da sala de aula, com correções de provas, planejamento e execução de aulas. Dentro do PEI, professores que exerçam as funções de Diretor, Assistente de Gestão e Secretário Escolar, deverão cumprir jornada de trabalho em regime integral e ter dedicação exclusiva.

Quadro 5 - Caracterização das matrizes curriculares das escolas semi-integral e regular (ano da matriz)

Matriz curricular das escolas			
Áreas de conhecimento	Componentes curriculares	CH regular	CH semi-integral
Linguagens	Língua portuguesa	600	720
	Arte	80	160
	Educação física	120	240³
Matemática	Matemática	480	720
Ciências da natureza	Química	240	360
	Física	240	440
	Biologia	280	360
Ciências humanas	História	240	240
	Geografia	240	240
	Filosofia	120	120
	Sociologia	120	120
parte diversificada			
Regular	Língua estrangeira moderna espanhol	240	240
Semi-integral	Língua estrangeira moderna inglês/espanhol	240	
	Empreendedorismo	120	
	Direitos humanos	120	

Fonte: OLIVEIRA, R., 2019.

Dados obtidos com consulta as escolas.

Nascimento (2016) destaca que a estrutura curricular das escolas semi-integrais atende ao ordenado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e ao Referencial Curricular Nacional para o Ensino Médio.

Com relação à organização do currículo do Ensino Médio, baseia-se na LDB 9394/96 e também na matriz curricular do Ensino Médio Integral, determinada pela secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, onde será assegurada ao educando carga horária do núcleo comum e parte diversificada do Ensino Médio conforme legislação vigente (NASCIMENTO, 2016, p. 24).

³ A disciplina dobra o número de aulas, saindo de uma aula, no 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, para duas aulas por semana.

Em relação à carga horária das disciplinas apresentada na matriz curricular, algumas disciplinas apresentam quase que o dobro de horas em relação à mesma disciplina na matriz das escolas regulares, pode-se perceber que essa política vem sendo colocado em prática desde os já citados, Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação, esse último tem conexão direta com os dados obtidos, onde ele objetiva a extensão da carga horária da Língua Portuguesa e Matemática (BRASIL, 2016). Como mostra o quadro 5, as disciplinas que recebem uma maior atenção são as que compõem as Ciências da Natureza, Língua Portuguesa e Matemática.

Embora a carga horária da Educação Física dobre, passando de uma para duas aulas por semana, ainda sim, é perceptível uma discrepância com relação à abordagem dada a EF, quando relacionados a outras áreas do conhecimento, a exemplo da Matemática e à Língua Portuguesa (RAMOS; HEINSFELD, 2013).

Neste sentido, o currículo que foi elaborado a partir do Programa de Educação Integral, na figura da Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008,

[...] enfatiza a preocupação na melhoria da qualidade da educação do Ensino Médio, à qualificação profissional e a inclusão social dos alunos, mas pode-se perceber que no corpo dessa lei complementar, a única preocupação é no aspecto da qualificação profissional. O PEI não traz nenhuma inovação ou prática pedagógica inovadora para o que concernem as disciplinas como Educação Física (NASCIMENTO, 2016, p. 26).

Na perspectiva curricular, é observado que há um esforço de alteração do currículo com o objetivo de direcioná-lo a uma preparação estreita para o mercado de trabalho, quando é oferecido para os alunos apenas os conteúdos propedêuticos, submetido aos ditames das avaliações centralizadas e dos resultados no vestibular. Sem que sejam ofertadas atividades que influenciem no processo de aprendizagem, como Cultura, Lazer e Esporte para que com isso os alunos possam disfrutar da escola, para além da cobrança por resultados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho objetivou analisar como a Disciplina de Educação Física atua dentro das Escolas de Referência em Ensino Médio do Estado de Pernambuco, com o intuito de entender como se estabelece a ampliação da jornada escolar. Para isso,

ao longo deste trabalho procuramos analisar os diferentes documentos definidores desta política.

As políticas de Educação Integral têm caráter sistêmico e gradativo, sistêmico por perpassa por diferentes modelos de gestão governamental e diferentes partidos, e é gradativo, por estar em constante crescimento, saindo dos modelos experimentais, para uma extensão entrando no Ensino fundamental, criando as Escolas de Referência em Ensino Fundamental, às chamadas EREF.

A partir da análise dos documentos, a mudança de escolas regulares, para escolas em tempo integral, não traz transformações significativas para a Educação Física, só dobrar a carga horaria não é sinônimo de trazer inovações pedagógicas. Nesse contexto, a Educação Física contribui para a não criticidade dos alunos, quando se limita a trabalhar apenas seus conteúdos de forma técnica. Quando, esses deveriam estar ligados a realidade social, cultural e econômica dos alunos, para que os alunos assimilem os conteúdos e não apenas decore e treine.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BLOG EREMAC 2013. **Histórico da Instituição**. Disponível em: <http://eremac2013.blogspot.com/2013/08/historico-da-instituicao.html>. Acesso em: 01 de nov. 2019.

BLOG ESCOLA ESTADUAL SERÁFICO RICARDO 2010. **Histórico**. Disponível em: http://escolaestadualseraficoricardo10.blogspot.com/2010/03/historico_01.html. Acesso em: 01 de nov. 2019.

BRASIL. Constituição (1937). **Constituição dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro, 10 dez. 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm Acesso em: 10 Mai. 2016.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF: 20 de dezembro de 1996.

_____. Portaria normativa interministerial nº 17, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 80, p. 5-6, 26 abr. 2007. Seção 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=12985-portaria-19041317-pdf&category_slug=abril-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 de out. 2017.

_____. Portaria nº 971, de 09 de outubro de 2009. Institui o Programa Ensino Médio Inovador. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 195, p. 52, 13 out. 2009. Seção 1. Disponível em: http://educacaointegral.mec.gov.br/images/pdf/port_971_09102009.pdf. Acesso em: 04 de out. 2017.

_____. Portaria nº 1.144, de 10 de outubro de 2016. Institui o Programa Novo Mais Educação. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 196, p. 23, 11 out. 2016. Seção 1. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=49131-port-1144mais-educ-pdf&category_slug=outubro-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 04 de out. 2017.

CÂMARA, R. H. Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 6, n.2, p. 179-191, jul - dez. 2013.

CARBELLO, S. R. C.; RIBEIRO, R.; ESCOLA PARQUE: notas sobre a proposta de Anísio Teixeira para o ensino básico no Brasil. **Rev. Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 9, n. 2, p. 365-377, 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7041/5054> >. Acesso em: 20 Out. 2019.

CAVALIERE, A. M. V. Educação integral: uma nova identidade para a escola brasileira?. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 81, p. 247-270, Dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302002008100013&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 Ago. 2019.

COELHO, L. M. C. C. História (s) da educação integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22, n. 80, p. 83-96, abr. 2009.

_____; RANGEL, I. C. A (Coord.). **Educação física na escola: implicações para a prática pedagógica**. 2.ed. – Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.

FERRETTI, C. J.; VIANNA, C. P.; DE SOUZA, D. T. R. Escola pública em tempo integral: o PROFIC na rede estadual de São Paulo. **Cadernos de Pesquisa**, n. 76, p. 5-17, 2013.

FILHO, L. C. *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. 2. ed. rev. - São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, A. C. Que é pesquisa bibliográfica?. In: _____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002. p. 44-45.

KRAWCZYK, N. Ensino médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, Mar. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302014000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Out. 2019.

LIMA, U. C. W. **O Programa de Educação Integral das escolas de referência em ensino médio da rede pública Estadual de Pernambuco (2008-2013)**. 2014. 178 f. Dissertação (Mestrado em Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

LORENZON, E. A.; JORGE, L. G. A. A Ideia de Educação Integral em Platão e Rousseau. **Perspectiva**, Erechim, v. 35, n. 132, p. 7-17, dez. 2011.

MINAYO, M. C. S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2009. cap. 1.

NASCIMENTO, T. F. C. L. **Currículo da educação física: análise do Projeto Político Pedagógico em duas escolas de Ensino Médio Integral da Rede Pública Estadual de Ensino do município de Vitória de Santo Antão/PE**. 2016. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Vitória de Santo Antão, 2016.

PERNAMBUCO. **Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008**. Cria o Programa de Educação Integral. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/arquivoTexto.aspx?tiponorma=2&numero=125&complemento=0&ano=2008&tipo=&url=>>>. Acesso em: 30 de ago. 2017.

_____. Parecer CEE/PE Nº 03/2004-CLN. Esclarecimento sobre a descaracterização institucional do ginásio pernambucano e a caracterização institucional do centro de ensino experimental ginásio pernambucano, e apresentação do posicionamento do conselho estadual de educação de Pernambuco, frente a esses fatos. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2004. Disponível em: < <http://www.cee.pe.gov.br/wp-content/uploads/2015/09/03-2004.pdf>> Acesso em: 23 de out. 2019.

_____. Decreto nº 26.307 de 15 de janeiro de 2004. Cria o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2004.

_____. Portaria SEDUC nº 4593 de 03 de setembro de 2004. Estabelece as características e especificidades dos centros de Ensino Experimental, e dá outras providências. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2004.

_____. Lei Complementar nº 125 de 10 de julho de 2008. Cria o Programa de Educação Integral e dá outras providências. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2008.

_____. Lei nº 13.486 de 1 de julho de 2008. Institui o Bônus de desempenho educacional, no âmbito do estado de Pernambuco, e dá outras providências. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2008.

_____. Lei Complementar nº 364 de 30 de junho de 2008. Altera a Lei Complementar nº 125, de 10 de julho de 2008, que cria o Programa de Educação Integral. **Diário Oficial do estado de Pernambuco**. Recife: CEPE, 2017.

RAMOS, F. R. O.; HEINSFELD, B. D. S. S. Reforma do ensino médio de 2017 (Lei nº 13.415/2017): um estímulo à visão utilitarista do conhecimento. 2017, Curitiba. Anais do Congresso Nacional de Educação. In: **CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**. Curitiba: PUCPR. 2017. p. 18284-18300.

SILVA, K.N.P.; SILVA, J.A.A. Accountability e intensificação do trabalho docente no Ensino Médio Integral de Pernambuco. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 9, n. 1, p. 117-140, jan./jun. 2014.

SILVA, E. L.; BORGES, M. C. A. PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA NA GESTÃO DA EDUCAÇÃO: de um programa experimental a uma política pública de gestão para resultados. **Revista de Administração Educacional**, Recife, v. 1. n. 1, jan./jun 2016 p.04-23.